

EDITAL

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 –
Processo nº 05/2016

OBJETO: Constitui objeto deste pregão presencial a aquisição de tubos e conexões em PVC , PEAD, polipropileno e acessórios de instalações de acordo com o Anexo I, que faz parte integrante do presente Edital.

R E C I B O

A Empresa _____
retirou este Edital de licitação e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail
_____ ou pelo fax: _____.
_____, aos ____ / ____ / _____

(Assinatura)

OBS.: Este recibo deverá ser remetido A DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA SAMA - SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE MAUÁ - SP.

PELOS FONES: (11) 4514 – 0328 / 0329 / 0309 / 0331; FAX: (11) 4514 – 0360.

PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.

OBS. TODA INFORMAÇÃO ADICIONAL DESTE CERTAME SERÁ DIVULGADO CONFORME EXIGÊNCIA EM LEI FAZ-SE SABER QUE O NÃO ENVIO DESTE DOCUMENTO PREENCHIDO CORRETAMENTE, EXIME A ADMINISTRAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE QUALQUER EVENTUAL INFORMAÇÃO DESTE PREGÃO DIRETAMENTE AO LICITANTE.



PROCESSO N°.: 08/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 10/2016

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: 04/05/2016- 09:00H

COM COTA OBRIGATÓRIA PARA ME E EPP NOS LOTES 01 E 04

A SAMA - Saneamento Básico do Município de Mauá, torna público para conhecimento de quantos possam se interessar que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do **tipo MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando a contratação de empresa para fornecimento tubos e conexões em PVC, PEAD, polipropileno e acessórios de instalações conforme descrito no Anexo I deste Edital, a qual será processada e julgada em conformidade com os Decretos Municipais n°s 6.783/05 e 7841/13 e Leis Federais n°s. 10.520/02, 8.666/1993 a Lei Complementar n° 123/06 alterada pela Lei Complementar n° 147 de 07 de agosto de 2014 demais normas complementares e disposições deste instrumento, determinando as condições para o fornecimento objetivados, conforme estabelecido neste Edital e seus Anexos.

As despesas no valor estimado de R\$ 146.410,00 serão suportadas pela respectiva dotação orçamentária n°.:**051003.1751205032.618**; Código Reduzido: 307.

Constituem anexos do presente Edital e dele fazem parte integrante os seguintes documentos:

ANEXO I DESCRIÇÃO DO OBJETO

ANEXO II MODELO DE DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO III MODELO DE PROPOSTA

ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE O ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO

ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÕES

ANEXO VII MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

ANEXO VIII MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO IX MINUTA DE CONTRATO

Os interessados em consultar o Edital e respectivos anexos deverão comparecer, até o dia anterior à data da sessão do pregão, na Sede da SAMA, sito à Avenida Av. Washington Luiz n° 2923- Vila Magini-Mauá, no horário das 08:00 as 17:00, ou para retirá-lo pelo site: www.maua.sp.gov.br, devendo a empresa enviar o comprovante de retirada do edital via fax (11)4514-0360 ou email: compras.sama@gmail.com, sob pena de não receber os comunicados, esclarecimentos, entre outros.

DO OBJETO

1. O presente pregão tem como objeto a contratação de empresa para aquisição de tubos e conexões em PVC, PEAD, polipropileno e acessórios de instalações, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I.

DA PARTICIPAÇÃO

2. Poderão participar da presente licitação, empresas que atenderem as exigências deste Edital. Exclusivamente para os lotes 01 e 04 as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.1. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente, as empresas:

- a) Estejam declaradas inidôneas ou impedidas de licitar e contratar com o do Poder Público;
- b) Sob processo de recuperação judicial, concordata, falência, concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- c) Que possuam qualquer outro impedimento legal para tanto;



d) Que não possuam em seu objeto social, ramo de atividade que seja compatível e pertinente ao objeto a ser licitado;

e) Reunidas em consórcio.

2.2. Poderão participar da licitação os interessados, doravante designados licitantes, que atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos.

2.3. A empresa licitante deverá ser representada fisicamente, por seus sócios ou seus representantes devidamente credenciados em sessão pública, sob pena da licitante não formular lances verbais e interpor recursos.

2.4. Não serão aceitas propostas via correio ou apresentação na Central de Atendimento.

2.5. Será admitida a participação de empresas fora da condição estabelecida no item 2, (para os itens 01 e 04), cujas propostas somente serão classificadas na hipótese de restar insatisfeito o número mínimo de licitantes exclusivos e/ou em decorrência do não interesse em participar pelas ME e EPP no certame.

DO CREDENCIAMENTO

3. DO CREDENCIAMENTO PARA MANIFESTAÇÃO NAS SESSÕES:

3.1. No dia, hora e local estipulados no presente Edital, os licitantes deverão estar representados por agentes credenciados, com poderes específicos para formular lances verbais, bem como para a prática de todos os atos inerentes ao certame, portando documento pessoal de identificação, documentação comprobatória dos poderes do credenciante, mediante a apresentação dos elementos a que se referem os subitens “3.1.2” e “3.1.3”, para credenciamento junto ao pregoeiro.

OBS: O credenciamento será efetuado no prazo estipulado no item 7.2, podendo as empresas participarem, desde que estejam presentes até este horário.

3.1.1. O documento de credenciamento deverá ser entregue ao pregoeiro juntamente com a respectiva cédula de identidade ou equivalente, em separado dos envelopes “PROPOSTA” e “DOCUMENTOS”.

3.1.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, devendo obrigatoriamente apresentar os dados constantes do Anexo II.

3.1.2.1. O documento de credenciamento deverá vir acompanhado de contrato social válido ou documento equivalente, que comprove os poderes de quem o está constituindo.

3.1.3. Se a licitante estiver representada por proprietário, sócio, dirigente ou pessoa de condição assemelhada, deverá apresentar documento comprobatório válido da sua condição, no qual estejam expressos os seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em nome daquela, também acompanhado de documento pessoal de identificação, estando neste caso, dispensado da apresentação do Termo de Credenciamento, objeto do Anexo II.

3.1.4. A inobservância dos termos do subitem 3.1.3. impedirá a licitante de formular lances verbais e interpor recursos.

3.1.5. O documento de identificação do representante legal ou de credenciamento será retido pelo pregoeiro e juntado ao processo licitatório.

3.1.6. Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante legal do



licitante, e dos poderes específicos para prática dos atos do pregão, como dar lances, manifestar a intenção de recorrer, desistir e renunciar a esse direito.

3.1.7. Os interessados em acompanhar as sessões de abertura dos envelopes que não tenham sido credenciados, poderão fazê-lo desde que não interfiram, de modo algum, no bom andamento dos trabalhos.

3.1.8. Nenhum interessado poderá representar mais de uma empresa;

3.1.9. Juntamente com o credenciamento os licitantes deverão entregar a Declaração de Cumprimento dos Requisitos Habilitatórios, objeto do Anexo IV, bem como, declaração de que se encontra enquadrada na condição de pequena empresa nos termos da legislação fiscal e societária, conforme modelo constante no Anexo VIII.

3.1.10. A não apresentação da Declaração de Cumprimento dos Requisitos Habilitatórios não será objeto de desclassificação do licitante, desde que, presente o representante credenciado, o faça, de próprio punho, antes do início dos trabalhos;

3.1.11. Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

3.1.11.1 Apresentar Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VIII deste edital, e apresentada em SEPARADO dos envelopes nº. 01 (Proposta) e nº. 02 (habilitação).

3.1.12. Finalizada a etapa de credenciamento, o Pregoeiro declarará encerrada esta fase e procederá ao recebimento dos envelopes que deverão conter as propostas comerciais e os documentos de habilitação, em invólucros separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, contendo os dizeres conforme itens 05.1 e 05.2.

DAS DATAS DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

4. Os interessados em participar do presente Pregão, deverão comparecer, na Sede da SAMA - Divisão de Compras e Licitações, com os envelopes "**PROPOSTA**" e "**DOCUMENTAÇÃO**" no dia e horários estabelecidos no preâmbulo deste edital, impreterivelmente.

4.1. Não será aceita, em hipótese alguma, a entrega de envelopes em desacordo com o item anterior.

DO CONTEÚDO DOS ENVELOPES

5. DOS ENVELOPES "PROPOSTA DE PREÇOS" E "DOCUMENTAÇÃO"

5.1. DO ENVELOPE 01 "PROPOSTA DE PREÇOS":

O envelope 01 deverá conter a Proposta de Preços, em envelope hermeticamente fechado, contendo em sua parte externa e frontal a seguinte identificação:

ENVELOPE Nº. 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

PREGÃO PRESENCIAL Nº.10 / 2016

PROPONENTE:.....

5.2. DO ENVELOPE 02 "DOCUMENTAÇÃO":

O envelope 02 deverá conter a documentação exigida no item 6.2, em envelope hermeticamente fechado, contendo em sua parte externa e frontal a seguinte identificação:



**ENVELOPE Nº. 02 – “DOCUMENTAÇÃO”
PREGÃO PRESENCIAL Nº.10 / 2016
PROPONENTE:.....
DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

6. Cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 02 (dois) envelopes, devidamente fechados e indevassáveis, no endereço, data e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital, com as respectivas identificações, conforme item 5, contendo:

6.1. DO ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS: O envelope nº. 01 deverá conter a Proposta de Preços propriamente dita apresentada preferencialmente em única via, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, em papel timbrado da licitante, com especificação em linguagem clara, completa e detalhada dos serviços ofertados, conforme especificações contidas no Anexo I, e que não dificulte a exata compreensão de seu enunciado e conterá:

a) A indicação do(s) item (ns) ofertado(s), observadas as exigências estabelecidas neste instrumento, e os respectivos preços unitários e totais, em moeda nacional, expressos em algarismos e por extenso; computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do edital, tais como frete, combustível, embalagens, e demais concernentes à plena execução do objeto durante o prazo do contrato;

b) Número deste Pregão;

c) Razão social, endereço, CNPJ, Inscrição Estadual, telefone e fax do licitante;

d) Prazo de início da execução dos serviços, em conformidade com o item “12” do presente edital;

e) Prazo de Pagamento, em conformidade com o item “13” do presente edital;

f) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias corridos, contados da entrega dos envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS;

g) Nome e número do Banco, nome e número da agência e número da conta corrente da proponente.

h) Os preços ofertados devem ter como referência os praticados no mercado atacadista para pagamento em até 30 dias da data de recebimento da fatura e ou da data do recebimento definitivo do objeto pela unidade recebedora;

6.1.2. A licitante deverá apresentar proposta de menor preço **POR LOTE**;

6.1.3. Para efeito de julgamento, havendo divergência entre o valor expresso em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

6.1.4. Só será aceito um preço para o **pregão**.

6.1.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências essenciais deste edital e de seus anexos, que estejam em desconformidade com o critério indicado no Anexo I bem como as omissas e as que apresentarem Irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

6.1.6. Consideram-se exigências essenciais àquelas que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante, e aquelas cujo desatendimento, nesse momento, possa representar desrespeito aos princípios da licitação;

6.1.7 Havendo falhas possíveis a serem sanadas, deverá o detentor da documentação ou representante legal credenciado fazê-lo, desde que não atrapalhe o andamento dos trabalhos ou atrase o julgamento das propostas.

6.2. DO ENVELOPE Nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO: O envelope nº. 02 deverá conter a documentação relativa à habilitação, em conformidade com o previsto a seguir:



- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedades Simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período do ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA, publicado pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE, ou de outro indicador que o venha substituir.
- e) Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis publicados em Diário Oficial ou publicadas em jornais ou por cópias ou fotocópias extraídas do Livro Diário – devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou outro órgão equivalente – inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.
 - e. 1)** Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
 - e. 1.1)** Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornais de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
 - e. 1.2)** Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
 - e. 1.3)** Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº. 9.317/96 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”: por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
 - e. 1.4)** Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- f) Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o pedido de inscrição;
- h) Os interessados com sede em outro município que tenham filial no Município de Mauá, deverão também comprovar inscrição no Cadastro de Contribuinte deste Município;
- i) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal, por intermédio da Certidão de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e da Certidão da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Federal ou a Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.



j) Prova de regularidade de Débitos referentes a Tributos Estaduais expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda, através da unidade administrativa da sede da licitante;

k) Prova de regularidade de débitos referentes a tributos Mobiliários em nome da empresa licitante, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Finanças da sede da licitante;

l) Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte neste município, deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de Mauá, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada;

m) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRB), quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº. 8.212, de 24/07/1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em dívida ativa do INSS, por ela administradas;
OBS: Aceitar-se-á, CND - Certidão Negativa de débitos ou CPD-EN - Certidão Positiva de Débitos, com Efeito de Negativa, emitida segundo a Legislação anterior, desde que dentro do seu prazo de validade.

n) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

o) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos da Lei Federal nº. 12.440/11;

p) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

q) Atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem o fornecimento de objeto similar conforme anexo I, sem exigência de comprovação de quantitativos mínimos;

r) Cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, a ser comprovado por meio de Declaração, sob as penas da lei, emitida pelo proponente, conforme modelo constante do Anexo V;

s) A empresa deverá declarar que, no momento da contratação, não está cumprindo pena por inidoneidade, sob as penas da Lei, conforme modelo constante do Anexo VI;

t) A licitante fica obrigada a declarar, sob penalidades cabíveis, a inexistência de fatos impeditivos para habilitação, conforme modelo constante do Anexo VII, que deverá ser em papel timbrado, se possuir;

6.2.2.1. Os documentos exigidos nas alíneas “i”, “j”, “k”, “m” acima, poderão ser apresentados também como “Certidão Positiva, com efeito, de Negativa”;

6.2.2.2. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou seu substitutivo;

6.2.2.3. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;



6.2.2.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, mediante apresentação de requerimento devidamente fundamentado e aceito pela Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

6.2.2.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sempre juízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes, nos termos do artigo 4º inciso XXIII, da Lei 10.520/02;

6.2.3. Os documentos a que se refere o item "5.2" **deverão** ser apresentados por meio de cópia autenticada por cartório competente;

6.2.4. Em caso de documento expedido via Internet, a Equipe de Apoio, obrigatoriamente, verificará a sua veracidade junto ao respectivo Sistema Informatizado;

6.2.5. Os documentos solicitados no item "5.2", quando não constarem a sua validade expressa, serão aceitos pela SAMA., quando emitidos com antecedência máxima de 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão;

6.2.6. As empresas com cadastro de fornecedor na SAMA ficam isentas de apresentar os documentos constantes nas letras "a" a "h" do item 5.2 "Documentação".

DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

7. São os seguintes os procedimentos a serem adotados para a realização do pregão propriamente dito:

7.1. No dia, hora, e local designados neste edital, os licitantes deverão estar legalmente representados ou por terceiros devidamente credenciados, com poderes específicos para formulação de lances verbais e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame conforme o modelo referencial indicado no Anexo II;

7.2. Instalada a sessão pública do pregão, após o credenciamento dos participantes, com duração de 15 minutos do início da sessão ou até que se credencie os participantes presentes, o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes das propostas comerciais. Em seguida, será verificada a conformidade das propostas com os requisitos deste Edital;

7.3. Serão desclassificadas as empresas nos quesitos credenciamento, propostas e documentos que não atenderem às exigências essenciais do Edital, considerando-se com tais as que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação do proponente;

7.3.1. Na ausência de licitantes na condição de Microempresa ou empresa de Pequeno porte, será admitida a participação de empresas fora desta condição, cujas propostas somente serão classificadas na hipótese de restar insatisfeito o número mínimo de licitantes exclusivos e/ou em decorrência do não interesse em participar pelas ME e EPP do certame.

7.4. As propostas serão classificadas provisoriamente, em ordem crescente de preços;



- 7.5.** Constará da ata os licitantes participantes, os preços oferecidos nas propostas apresentadas, as propostas eventualmente desclassificadas com a respectiva fundamentação, e a ordem de classificação provisória das propostas;
- 7.6.** No caso de empate entre duas ou mais propostas escritas será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances;
- 7.7.** No curso da sessão, uma vez definida a classificação provisória, o pregoeiro convidará individualmente os licitantes ofertantes de propostas de preços até 10% superiores a menor proposta, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;
- 7.8.** Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores das melhores propostas, até omáximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;
- 7.9.** Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade da proposta escrita de menor preço com o parâmetro de preço definido no item 08, bem como sua exequibilidade;
- 7.10.** O pregoeiro abrirá oportunidade para a repetição de lances verbais, até o momento em que não haja novos lances de preços menoresaos já ofertados, sendo proclamado pelo pregoeiro, o vencedor;
- 7.11.** Não serão aceitos lances cujos valores forem iguais ou maiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado;
- 7.12.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais relativos a este item, ficando sua última proposta registrada para classificação definitiva ao final da etapa;
- 7.13.** O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse emapresentar novos lances;
- 7.14.** Declarada encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro procederá à classificação definitiva das propostas, que será consubstanciada emata;
- 7.15.** Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nosseguintes termos:
- 7.15.1.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
- 7.16.** Dentre as microempresas ou empresas de pequeno porte, a que melhor estiver classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.



- 7.16.1.** Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão, aplicando-se a regra aos demais licitantes que se enquadrarem na hipótese do item 7.15.1;
- 7.16.2.** Se houver equivalência de valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem “7.15.1” será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;
- 7.16.2.1.** Entende-se por equivalência dos valores das propostas, as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação;
- 7.17.** O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 7.18.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomando-se, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem “7.15.1”;
- 7.18.1.** Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances;
- 7.19.** Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação do licitante que foi classificado em primeiro lugar;
- 7.20.** Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante classificado e habilitado será declarado vencedor;
- 7.21.** Se o licitante desatender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;
- 7.22.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias corridos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes franqueada vista imediata dos autos;
- 7.22.1.** Os recursos e contrarrazões deverão ser interpostos junto à Divisão de Compras, das 08h00 às 17h00 horas, de segunda a sexta-feira;
- 7.23.** O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;



7.24. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante conforme prevista no subitem “07.23” importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do(s) objeto(s) licitado(s) pelo pregoeiro ao vencedor.

7.25. Decididos, quando for o caso, os recursos, o pregoeiro declarará o vencedor da licitação, encaminhando os autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, adjudicação do objeto e convocação da licitante vencedora para retirada da ordem de serviço ou instrumento equivalente.

7.26. O licitante vencedor será convocado, para assinar o contrato, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;

7.27. Quando o licitante vencedor convocado dentro do prazo de validade da proposta, não retirar a Ordem de Serviço, poderá ser convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para assumir a avença, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

7.28. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes desclassificados e dos classificados não declarados vencedores permanecerão sob custódia da Administração, até expirar a data de validade das propostas;

7.29. Decorrido o prazo estabelecido no subitem antecedente, as licitantes deverão, mediante requerimento próprio, retirar os envelopes, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o qual os mesmos serão eliminados;

7.30. Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras em partes essenciais, e desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital.

7.31. Nas situações previstas nos subitens “07.21” e “07.27” acima, o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço;

DO JULGAMENTO

8. O julgamento do certame se dará pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9. Além do recurso administrativo já referido neste Edital, dos atos administrativos decorrentes do processamento desta licitação caberão os recursos previstos pelo Decreto Municipal nº. 6783/05 e pela Lei Federal nº. 8.666/93 observados os procedimentos aqui previstos.

DA HOMOLOGAÇÃO

10. Após o encerramento da fase de lances verbais, com o julgamento das propostas de preço na forma prescrita neste edital, proceder-se-á à abertura do envelope nº. 02 DOCUMENTAÇÃO, para análise dos documentos da licitante vencedora. Estando em conformidade com o edital a HOMOLOGAÇÃO do presente certame compete ao Superintendente, conforme preâmbulo, o que ocorrerá logo após o julgamento e após o decurso dos prazos recursais ou a decisão dos recursos eventualmente interpostos.

10.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.



DA CONTRATAÇÃO

11. O fornecimento da presente licitação será formalizado mediante a formalização de contrato com emissão de pedidos parciais para os lotes 01,02, 03 e 04, a entrega do material deverá acontecer em até 30 (trinta) dias após o recebimento do Pedido de Compras.

11.1 A contratação decorrente desta licitação, será formalizada mediante a assinatura de Contrato, devendo ser recolhido a importância no valor de R\$ 132,40 referente a taxa para elaboração e lavratura de termos da Resolução externa n. 02/2016 de 08/01/2016 e a consequente emissão do Pedido de Compras.

11.2. O contrato de fornecimento do objeto deste edital terá validade de 12 (doze) meses, a contar do recebimento do primeiro pedido de compras.

11.2.1. PRAZO PARA INÍCIO - O contrato deverá ser iniciado depois de expedido o Pedido de Compras. A entrega do material deverá acontecer em até 30 dias após o recebimento do Pedido de Compras.

11.3. Contrato encerra-se por decurso de prazo ou perda do Objeto, o que ocorrer primeiro.

11.4. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos, ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.4. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito do adjudicatário perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, A SAMA verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção de tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

11.4.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de dois dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 11.4, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazo de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar;

11.5. Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a regularidade fiscal, no prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

11.5.1. Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, retomar-se-ão os procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no subitem "7.16.2".

11.5.2. Na hipótese de nenhuma microempresa e empresa de pequeno porte atenderem aos requisitos deste edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das ofertas, com vistas à contratação.



11.6. Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 11.2, ou se recusar a celebrar a contratação, será convocado outro licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação.

11.7. Serão desclassificadas as propostas/documentação que não atenderem às exigências essenciais do Edital, considerando-se com tais as que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação do proponente.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. A SAMA, através da Divisão do Almojarifado, fiscalizará a qualidade do material entregue, verificando se estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o produto que, a seu critério, não for considerado satisfatório.

12.2. Os materiais deverão ser entregue na Divisão de Almojarifado da SAMA, na Rua Teotônio Vilela, nº 01- Vila Magine - Mauá/SP, de segunda a sexta-feira, das 8:00 H às 16:30 horas.

12.3. O objeto da licitação não poderá ser transferido, no todo ou em parte, sem autorização prévia e expressa da Contratante, sob pena de ser o mesmo rescindido unilateralmente, por culpa da Contratada.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13. O pagamento será realizado em até 30 dias, contados da data do atesto da nota fiscal e/ou do recebimento definitivo dos serviços pela unidade de destino dos mesmos, mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo almojarifado.

13.1. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da Contratada, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

13.2. O pagamento será efetuado, através de ordem de pagamento creditada na conta bancária do fornecedor.

13.3. Não serão autorizadas antecipações de pagamento de qualquer espécie.

PENALIDADES

14. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inadequado ou fizer declaração falsa, estará sujeito à aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração, conforme previsto no artigo 7º da Lei nº. 10.520/02, observados os procedimentos contidos no Decreto Municipal nº. 6783/05.

14. Pela injustificada inexecução parcial ou total do objeto deste contrato, serão aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da rescisão contratual.

14.1 Advertência;

14.2. Multa:



- a) Pelo não atendimento da solicitação feita por escrito pela SAMA, no prazo estipulado, a multa será de 2% (dois por cento) do valor do contrato, por dia de atraso.
- b) Se ocorrer atraso na execução e entrega do produto solicitado, a Contratada ficará sujeita a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do Pedido, ao dia. Até o limite de 15 (quinze) dias;
- c) Multa de 2% (dois por cento), por dia de atraso, em caso de mora para a substituição de produtos considerados de qualidade insatisfatória, calculada sobre o valor total do objeto que deverá ser substituído. Até o limite de 100% (cem por cento).
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado do contrato, em caso de rescisão contratual por sua culpa.

14.3. Suspensão temporária de participar em licitação impedimento de contratar com a administração, conforme o disposto artigo 7º da Lei federal nº. 10.520/02, observados os procedimentos contidos no Decreto municipal nº. 6783/05;

14.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

15. As multas são independentes entre si. A aplicação de uma não exclui a das outras, bem como das demais penalidades previstas em lei;

16. O valor das multas aplicadas poderá ser deduzido do pagamento da nota fiscal ou de garantia prestada nos termos do Artigo 56, da Lei Federal nº. 8.666/93, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado;

16.1. Caso não haja nota fiscal pendente de pagamento ou prestação de garantia, a empresa será notificada a efetuar o pagamento administrativamente, ou, havendo resistência, a cobrança dar-se-á judicialmente;

17. De acordo com a legislação Federal em vigor, é vedada a participação nesta Licitação de empresas que empreguem, de forma direta ou indireta, mão de obra infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 16 anos, considerando-se mão de obra infantil aquela exercida por menores de 16 anos. A constatação, a qualquer tempo, do uso de mão de obra infantil pela licitante que vier a ser contratada ensejará a rescisão do contrato, sem qualquer ônus para a SAMA.

18. Perda da garantia oferecida, se houver, em caso de culpa pela rescisão contratual;

19. Constatada a inexecução contratual ou a hipótese do subitem 14, será a contratada intimada da intenção da SAMA quanto a aplicação da penalidade, concedendo-se prazo para interposição de defesa prévia, nos termos do artigo 87, §2º e §3º da Lei nº. 8.666/93;

20. Não sendo apresentada a defesa prévia pela contratada, ou havendo o indeferimento da mesma quando interposta, a SAMA providenciará a notificação da contratada quanto a aplicação da penalidade, abrindo-se prazo para interposição de recurso administrativo, nos termos do art. 19, I, "f" da Lei nº. 8.666/93;

21. Além das expressas do Edital, poderão ser interpostas outras penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal 10.520/02 e nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme a gradação da falta cometida;



22. A Contratada estará sujeita ainda, às penalidades descritas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93.

RECURSOS ADMINISTRATIVOS

23. Além do recurso administrativo já referido neste Edital, dos atos administrativos decorrentes do processamento desta licitação caberão os recursos previstos pelos Decretos Municipais nº. 6783/05 e 7283/09, e pela Lei Federal nº. 8.666/93 observados os procedimentos aqui previstos.

DO PRAZO DE ENTREGA

24. Os materiais deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias.

DA RESCISÃO

25. A presente contratação o poderá ser rescindida: a) unilateralmente, nas hipóteses previstas no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da leifederal nº. 8.666/93; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicial nos termos da legislação.

26. Nos casos de rescisão administrativa, ficam asseguradas ao contratante as prerrogativas previstas nos incisos I a IV, do artigo 80, da lei supracitada.

DISPOSIÇÕES GERAIS

27. O presente pregão poderá ser anulado ou revogado, sempre mediante despacho motivado, sem que caiba a qualquer licitante direito à indenização.

28. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do pedido.

29. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Edital o interessado que não se manifestar até o 2º (segundo) dia útil anterior à data da sessão do pregão, o que caracterizará aceitação de todos os seus termos e condições. Qualquer manifestação posterior que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciariam não terá efeito de recurso perante a Administração.

30. São vedadas a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da SAMA.

31. A tolerância da Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada não importará de forma alguma em alteração contratual ou novação.

32. É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

33. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



- 34.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 35.** Não havendo expediente na data designada para a realização da sessão pública, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja decisão e comunicação do pregoeiro em contrário.
- 36.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da SAMA.
- 37.** O presente Edital, seus anexos e a proposta do vencedor da licitação farão parte integrante do Contrato ou instrumento equivalente.
- 38. Impugnações** ao Edital só serão aceitas por escrito e protocoladas na Divisão de Compras e Licitações, das 08h00 às 17h00 horas, de segunda a sexta-feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para recebimento das propostas, não serão aceitas impugnações enviadas por fax, e-mail e via correio.
- 39. Questionamentos** a serem feitos sobre este edital só serão aceitos por escrito e desde que encaminhados a Divisão de Compras e Licitações, das 08h00 às 17h00 horas, de segunda a sexta-feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para recebimento das propostas.
- 40.** A Comissão de Pregão foi constituída pela Resolução nº13/2015 de 06/05/2015.
- 41.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Mauá/SP.
- 42.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/02, a Lei 8666/93 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.
- 43.** Este edital com as condições gerais do procedimento licitatório que em conjunto com os elementos específicos, contidos nos Anexos que o integram, regerão a licitação e a contratação específica.

Mauá, 14 de Abril de 2016.

Paulo Sergio Suares
Superintendente

Jair Franceli
Diretor Administrativo e Financeiro



ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

LOTE 01- EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ITEM 01 QUANT. 18 MTS.

TUBO DEFoFo DN 100MM, MATERIAL PVC, NA COR AZUL; COM PONTA E BOLSA DE JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI); DIÂMETROS EXTERNOS IGUAIS AOS TUBOS DE FERRO FUNDIDO; PRESSÃO MÁXIMA DE SERVIÇO DE 1 MPA À 20°C (NOMINAL) E FABRICADO EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 7665; ANEL NÃO REMOVÍVEL MANUALMENTE, COM VEDAÇÃO EM BORRACHA SBR, CONFORME NBR 7673; GRAVAÇÃO NO CORPO DO TUBO DO NOME DO FABRICANTE E NÚMERO DA NBR; DEVERÁ SE APRESENTAR ISENTO DE TRINCAS, QUEBRAS, EMENDAS E AMASSAMENTOS VISUAIS; UTILIZAÇÃO EM ADUTORAS E REDES DE ÁGUA POTÁVEL, PERMITINDO INTERCAMBIABILIDADE COM OS SISTEMAS EM FERRO FUNDIDO. CADA TUBO DEVE APRESENTAR UMA MEDIDA EQUIVALENTE A, NO MÍNIMO, CINCO METROS E OITENTA E HUM CENTÍMETROS (5,81) DE MONTAGEM, A QUANTIDADE TOTAL DE TUBOS, EM METROS, ADQUIRIDOS E FORNECIDOS DEVE SER CORRESPONDENTE A MÚLTIPLOS DESTE VALOR.

ITEM 02 QUANT. 90 MTS.

TUBO PVC BRANCO PARA ESGOTO PRIMÁRIO, DN 75MM, COM PONTA E BOLSA DE JUNTA ELÁSTICA, EM BARRAS DE 06 (SEIS) METROS CADA, UTILIZADO EM SISTEMAS PREDIAIS DE ÁGUA PLUVIAL E ESGOTO SANITÁRIO SENDO FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 5688; COM SUPERFÍCIE INTERNA LISA E SEU RESPECTIVO ANEL DE BORRACHA.

ITEM 03 QUANT. 120 MTS.

TUBO PVC BRANCO PARA ESGOTO PRIMÁRIO, DN 100MM, COM PONTA E BOLSA DE JUNTA ELÁSTICA, EM BARRAS DE 06 (SEIS) METROS CADA, UTILIZADO EM SISTEMAS PREDIAIS DE ÁGUA PLUVIAL E ESGOTO SANITÁRIO SENDO FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 5688; COM SUPERFÍCIE INTERNA LISA E SEU RESPECTIVO ANEL DE BORRACHA .

ITEM 04 QUANT. 150 MTS.

TUBO DE PVC MARROM SOLDÁVEL DN 25MM SENDO O INTERNO 20MM (¾") ; FABRICADO DE ACORDO COM OS REQUISITOS DA NORMA ABNT NBR 5648, PRESSÃO DE SERVIÇO DE 750 KPa, PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA, COM ESPESURA DE PAREDE E RESISTÊNCIA MECÂNICA APROPRIADAS DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR NM ISO 7-1.

ITEM 05 QUANT. 60 MTS.

TUBO PVC EXTRUDADO DE COR OCRE, DN 100MM, COM PONTA E BOLSA DE JUNTA ELÁSTICA, FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7362-1 E NBR 7362-2 PARA COLETORES DE ESGOTO. COMO CADA TUBO DEVE APRESENTAR UMA MEDIDA EQUIVALENTE A, NO MÍNIMO CINCO METROS E NOVENTA CENTÍMETROS (5,90 m) DE COMPRIMENTO DE MONTAGEM, A QUANTIDADE TOTAL DE TUBOS, EM METROS, ADQUIRIDOS E FORNECIDOS DEVE SER CORRESPONDENTE A MÚLTIPLOS DESTE VALOR. PARA CADA TUBO ADQUIRIDO, DEVE SER FORNECIDO UM ANEL DE BORRACHA CORRESPONDENTE.

ITEM 06 QUANT. 240 MTS.

TUBO PVC EXTRUDADO DE COR OCRE, DN 150MM, COM PONTA E BOLSA DE JUNTA ELÁSTICA, FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7362-1 E NBR 7362-2 PARA COLETORES DE ESGOTO. CADA TUBO DEVE APRESENTAR UMA MEDIDA EQUIVALENTE A, NO MÍNIMO CINCO METROS E NOVENTA CENTÍMETROS (5,90 m) DE COMPRIMENTO DE MONTAGEM, A QUANTIDADE TOTAL DE TUBOS, EM METROS, ADQUIRIDOS E FORNECIDOS DEVE SER CORRESPONDENTE A MÚLTIPLOS DESTE VALOR. PARA CADA TUBO ADQUIRIDO, DEVE SER FORNECIDO UM ANEL DE BORRACHA CORRESPONDENTE.



FICA ESTABELECIDO A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE LAUDO DE RASTREABILIDADE E OU CERTIFICADO DE QUALIDADE OU AINDA RELATÓRIO DE ENSAIO DA PRÓPRIA EMPRESA, QUANDO ESTA POSSUIR O CERTIFICADO DA QUALIDADE DE CONFORMIDADE COM A SÉRIE ISO 9001, OU LAUDO DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE OU LIBERAÇÃO DE QUALIDADE POR EMPRESA RECONHECIDAMENTE IDÔNEA (PÚBLICA OU PRIVADA) JUNTAMENTE COM UM ATESTADO/DECLARAÇÃO DE CAPACITAÇÃO/CREDENCIAMENTO EMITIDO PELO PRÓPRIO FABRICANTE PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS SOLICITADOS PELA(S) NORMA(S) ABNT- NBR ESPECIFICAS PARA O MATERIAL ADQUIRIDO PELA SAMA.

LOTE 2

ITEM 01 QUANT. 50 PÇ.

ADAPTADOR DE POLIPROPILENO PARA JUNTA MECÂNICA DE COMPRESSÃO DN 32MM (1") ; FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 15803 E NORMA DA SABESP NTS 179, COM BOLSA DE JUNTA MECÂNICA, PARA TUBOS DE POLIETILENO PE 80 OU PE 100 E PONTA COM EXTREMIDADE DA ROSCA TRAPEZOIDAL CONFORME NORMA NBR NM-ISO 7-1 E PRESSÃO DE TRABALHO 1,6 MPa.

ITEM 02 QUANT. 4000 PÇ.

ADAPTADOR DE POLIPROPILENO PARA JUNTA MECÂNICA DE COMPRESSÃO DN 20MM (3/4"); FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 15803 E NORMA DA SABESP NTS 179, COM BOLSA DE JUNTA MECÂNICA, PARA TUBOS DE POLIETILENO PE 80 OU PE 100 E PONTA COM EXTREMIDADE DA ROSCA TRAPEZOIDAL CONFORME NORMA NBR NM-ISO 7-1 E PRESSÃO DE TRABALHO 1,6 MPa

ITEM 03 QUANT. 1200 PÇ.

TÊ DE SERVIÇO INTEGRADO ARTICULADO DN 50 x 20MM (3/4") PARA RAMAIS PREDIAIS DE POLIETILENO DN 20MM DERIVADOS DE TUBULAÇÕES DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DN 50MM; TAMBÉM CONHECIDO POR CONECTOR DE DERIVAÇÃO SENDO SUA FABRICAÇÃO: AUTO TRAVADO, MECÂNICO, INTEGRADO E ARTICULADO (PINO EM AÇO INOX); DESTINADO A LIGAÇÃO EM CARGA OU NÃO DE RAMAL PREDIAL DOMICILIAR EM TUBULAÇÃO DE PVC DIÂMETRO NOMINAL 50MM E DIÂMETRO EXTERNO 60MM.COMPOSTO EM ÚNICA PEÇA MONOLÍTICA DE COLAR DE TOMADA, COM ELEMENTO DE FURAÇÃO INTEGRADO E CONEXÃO DE COMPRESSÃO AO RAMAL PREDIAL. O CONJUNTO DEVE SER CONSTRUÍDO EM POLIPROPILENO, COM PARAFUSOS E PORCAS EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CORTADOR DE FURAÇÃO E ELEMENTO DE TRAVA AO TUBO DA REDE, EM LATÃO OU QUALQUER OUTRO ELEMENTO SIMILAR, COM ANÉIS DE VEDAÇÃO EM BORRACHA NITRÍLICA E SER FABRICADO CONFORME NORMAS ABNT NBR 15803 E SABESP NTS 175.

ITEM 04 QUANT. 200 PÇ.

TÊ DE SERVIÇO INTEGRADO ARTICULADO DN 75 x 20MM (3/4") PARA RAMAIS PREDIAIS DE POLIETILENO DN 20MM DERIVADOS DE TUBULAÇÕES DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DN 75MM; TAMBÉM CONHECIDO POR CONECTOR DE DERIVAÇÃO SENDO SUA FABRICAÇÃO: AUTO TRAVADO, MECÂNICO, INTEGRADO E ARTICULADO (PINO EM AÇO INOX); DESTINADO A LIGAÇÃO EM CARGA OU NÃO DE RAMAL PREDIAL DOMICILIAR EM TUBULAÇÃO DE PVC DIÂMETRO NOMINAL 75MM E DIÂMETRO EXTERNO 85MM.COMPOSTO EM ÚNICA PEÇA MONOLÍTICA DE COLAR DE TOMADA, COM ELEMENTO DE FURAÇÃO INTEGRADO E CONEXÃO DE COMPRESSÃO AO RAMAL PREDIAL. O CONJUNTO DEVE SER CONSTRUÍDO EM POLIPROPILENO, COM PARAFUSOS E PORCAS EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CORTADOR DE FURAÇÃO E ELEMENTO DE TRAVA AO TUBO DA REDE, EM LATÃO OU QUALQUER OUTRO ELEMENTO SIMILAR, COM ANÉIS DE VEDAÇÃO EM BORRACHA NITRÍLICA E SER FABRICADO CONFORME NORMAS ABNT NBR 15803 E SABESP NTS 175.

ITEM 05 QUANT. 6000 PÇ.

UNIÃO DE POLIPROPILENO DN 20MM (3/4") FABRICADA DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 15803 E NORMA DA SABESP NTS 179 E PN 16 (BAR) PARA INTERLIGAÇÃO DE RAMAIS PREDIAIS EM TUBOS DE POLIETILENO PE 80 OU PE 100, COM BOLSA DE JUNTA MECÂNICA, PONTA COM EXTREMIDADE DA



ROSCA TRAPEZOIDAL CONFORME NORMA NBR NM-ISO 7-1 E PRESSÃO DE TRABALHO 1,6 MPa.

ITEM 06 QUANT. 4000 PÇ.

PORCA PARA TUBETE DN 20MM (¾") FABRICADA EM POLIPROPILENO, SEXTAVADA, INSERTO METÁLICO, COM A ROSCA NBR 8133 DE DN 25 (G1B) E REQUISITOS DAS NORMAS ABNT NBR 8193 E NBR 8194, PARA A INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETROS TAQUIMÉTRICOS EM CAVALETES DE POLIPROPILENO COM O USO DE TUBETES EM RAMAIS PREDIAIS DE ÁGUA POTÁVEL

ITEM 07 QUANT. 1000 PÇ.

TUBETE CURTO FABRICADO EM POLIPROPILENO COMPRIMENTO 52MM COM ROSCA DN ¾" DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT NBR 8193 E NBR 8194, E ROSCA DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR NM ISO 7-1, PARA UTILIZAÇÃO NA INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETROS TAQUIMÉTRICOS EM CAVALETES DE POLIPROPILENO PARA RAMAIS PREDIAIS FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 11304.

FICA ESTABELECIDO A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE LAUDO DE RASTREABILIDADE E OU CERTIFICADO DE QUALIDADE OU AINDA RELATÓRIO DE ENSAIO DA PRÓPRIA EMPRESA, QUANDO ESTA POSSUIR O CERTIFICADO DA QUALIDADE DE CONFORMIDADE COM A SÉRIE ISO 9001, OU LAUDO DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE OU LIBERAÇÃO DE QUALIDADE POR EMPRESA RECONHECIDAMENTE IDÔNEA (PÚBLICA OU PRIVADA) JUNTAMENTE COM UM ATESTADO/DECLARAÇÃO DE CAPACITAÇÃO/CREDENCIAMENTO EMITIDO PELO PRÓPRIO FABRICANTE PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS SOLICITADOS PELA(S) NORMA(S) ABNT- NBR ESPECIFICAS PARA O MATERIAL ADQUIRIDO PELA SAMA.

LOTE 3

ITEM 01 QUANT. 16.000 MTS.

TUBO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE PE 80, DN 20MM (¾"), NA COR AZUL, FABRICADO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DA NORMA TÉCNICA DA SABESP NTS 048, PARA UTILIZAÇÃO EM REDES DE ÁGUA, SOB PRESSÕES DE SERVIÇO DE ATÉ 1,0 MPa, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS ABNT NBR 8417 (DIMENSIONAL, GRAVAÇÃO DO NOME DO FABRICANTE, DIÂMETRO E Nº DA NBR) ; NBR 8416 (PRESSÃO INTERNA HIDROSTÁTICA DE LONGA DURAÇÃO), NBR 8415 (PRESSÃO INTERNA HIDROSTÁTICA DE CURTA DURAÇÃO) ; NBR 8414 (ESTABILIDADE DIMENSIONAL) E ISENTO DE TRINCAS, REBARBAS, EMENDAS E AMASSAMENTO (APARÊNCIA GERAL) ; ENSAIOS SEGUNDO A NT - 0736 - ABPE/E001; COM COMPOSTO PE 80 , DESTINADO A EXECUÇÃO DE RAMAIS PREDIAIS COM PRESSÃO DE ATÉ 1 MPa, EMBALADO EM BOBINAS DE CEM (100) METROS COM AS EXTREMIDADES PROTEGIDAS.

FICA ESTABELECIDO A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE LAUDO DE RASTREABILIDADE E OU CERTIFICADO DE QUALIDADE OU AINDA RELATÓRIO DE ENSAIO DA PRÓPRIA EMPRESA, QUANDO ESTA POSSUIR O CERTIFICADO DA QUALIDADE DE CONFORMIDADE COM A SÉRIE ISO 9001, OU LAUDO DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE OU LIBERAÇÃO DE QUALIDADE POR EMPRESA RECONHECIDAMENTE IDÔNEA (PÚBLICA OU PRIVADA) JUNTAMENTE COM UM ATESTADO/DECLARAÇÃO DE CAPACITAÇÃO/CREDENCIAMENTO EMITIDO PELO PRÓPRIO FABRICANTE PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS SOLICITADOS PELA(S) NORMA(S) ABNT- NBR ESPECIFICAS PARA O MATERIAL ADQUIRIDO PELA SAMA.

LOTE 4- EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ITEM 01 QUANT. 20 PÇ.

REDUÇÃO DE PVC/PBA RÍGIDO DN 100 X 50MM COM JUNTA ELÁSTICA CLASSE 20 , PARA UTILIZAR NOS



TUBOS DE PVC RÍGIDO PARA USO EM REDES DE ÁGUA FRIA, FABRICADO DE ACORDO COM A NBR 5647 COM SEUS RESPECTIVOS ANÉIS DE BORRACHA CORRESPONDENTES.

ITEM 02 QUANT. 20 PÇ.

REDUÇÃO DE PVC/PBA RÍGIDO DN 75 X 50MM CLASSE 20, INJETADA, JUNTA ELÁSTICA PARA UTILIZAR NOS TUBOS DE PVC RÍGIDO UTILIZADOS EM REDES DE ÁGUA FRIA, FABRICADO DE ACORDO COM A NBR 5647, COM SEU RESPECTIVO ANEL DE BORRACHA CORRESPONDENTE.

ITEM 03 QUANT. 200 PÇ.

CAP DE PVC BRANCO COM ROSCA INTERNA DN 3/4" (20MM) ; DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR NM ISO 7-1, FABRICADO CONFORME OS REQUISITOS DA NORMA ABNT NBR 5648, PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA.

ITEM 04 QUANT. 300 PÇ.

LUVA DE PVC BRANCA ROSCÁVEL DN 3/4" (20MM) ; DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR NM ISO 7-1, FABRICADO CONFORME OS REQUISITOS DA NORMA ABNT NBR 5648, PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA.

ITEM 05 QUANT. 100 PÇ.

NIPLE DUPLO DE PVC, BRANCO, INJETADO, DN 12,70MM (1/2") , COM SEXTAVADO PARA BOCA DE CHAVE E ROSCAS DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR NM ISO 7-1, FABRICADO CONFORME OS REQUISITOS DA NORMA ABNT NBR 5648, PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA.

ITEM 06 QUANT. 100 PC.

BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA DN 25MM x 20MM (1"x 3/4") EM PVC INJETADO COR MARROM COM BOLSAS PARA JUNTA SOLDÁVEL, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5648, PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA.

ITEM 07 QUANT. 100 PÇ.

LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL DN 25MM x 20MM (1"x 3/4") EM PVC INJETADO COR MARROM COM BOLSAS PARA JUNTA SOLDÁVEL, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5648, PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA.

ITEM 08 QUANT. 100 PÇ.

COTOVELO (JOELHO) DE REDUÇÃO 90° SOLDÁVEL DN 25MM x 20MM (1"x 3/4") EM PVC INJETADO COR MARROM COM BOLSAS PARA JUNTA SOLDÁVEL, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5648, PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA.

ITEM 09 QUANT. 100 PÇ.

COTOVELO (JOELHO) 45° DE PVC MARROM SOLDÁVEL DN 20MM (3/4") EM PVC INJETADO COR MARROM COM BOLSAS PARA JUNTA SOLDÁVEL, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5648, PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA.

ITEM 10 QUANT. 100 PÇ.

CURVA DE TRANSPOSIÇÃO SOLDÁVEL DN 20MM (3/4") EM PVC INJETADO COR MARROM COM BOLSAS PARA JUNTA SOLDÁVEL, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5648, PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA.



ITEM 11 QUANT. 10 PÇ.

ADAPTADOR DE PVC, INJETADO DN 75MM, COM PONTA E BOLSA, FABRICADO COM UMA EXTREMIDADE EM BOLSA PARA INTERLIGAÇÃO DE PONTAS DE TUBOS DE PVC RÍGIDO DE JUNTA ELÁSTICA, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 5647-1, E UMA PONTA PARA BOLSAS DE TUBOS DE FERRO FUNDIDO FABRICADOS DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT NBR 7662, OU NBR 7663, OU PARA BOLSAS DE CONEXÕES DE FERRO FUNDIDO FABRICADAS DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 7675, DE JUNTA ELÁSTICA, DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 7674 OU DE JUNTA ELÁSTICA JE2GS DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 13747. NÃO HÁ NECESSIDADE DE FORNECIMENTO DOS ANÉIS DE BORRACHA CORRESPONDENTES.

ITEM 12 QUANT. 100 PÇ.

CAP DE PVC INJETADO MARROM COM BOLSA DE JUNTA ELÁSTICA, DN 50MM, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5647-1, COM SEU RESPECTIVO ANEL DE BORRACHA.

ITEM 13 QUANT. 50 PÇ.

CAP DE PVC INJETADO MARROM COM BOLSA DE JUNTA ELÁSTICA, DN 75MM, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5647-1, COM SEU RESPECTIVO ANEL DE BORRACHA.

ITEM 14 QUANT. 300 PÇ.

COLAR DE TOMADA DE PVC RÍGIDO DIÂMETRO NOMINAL 50MM X 20MM (3/4") INJETADO, BI-PARTIDO, COM DERIVAÇÃO ROSCADA DE ACORDO COM A NORMA ABNT NM ISO 7-1, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 10930, PARA SER UTILIZADO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL COM TUBOS DE PVC RÍGIDO, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 5647-1 E NBR 5647-2. DEVERAM SER FORNECIDOS COM O COLAR DE TOMADA DUAS (02) TRAVAS LATERAIS E UMA (01) GUARNIÇÃO DE BORRACHA (ANEL) PARA VEDAÇÃO DA DERIVAÇÃO. NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL EM POLIPROPILENO, CONFORME DETERMINAÇÃO DE NOSSO DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO.

ITEM 15 QUANT. 50 PÇ.

LUVA DE CORRER DE PVC/PBA JE DN 100MM CLASSE 20, INJETADA, DE JUNTA ELÁSTICA, FABRICADA DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR SÉRIE 5647, PARA REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL. OBRIGATÓRIO FORNECIMENTO DOS ANÉIS DE BORRACHA CORRESPONDENTES.

ITEM 16 QUANT. 500 PÇ.

LUVA DE PVC MARROM, JUNTA SOLDÁVEL, DN 20MM (3/4") PARA TUBOS DE PVC MARROM, USO EM INSTALAÇÕES DE ÁGUA FRIA, FABRICADO DE ACORDO COM A NBR 5648.

FICA ESTABELECIDO A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE LAUDO DE RASTREABILIDADE E OU CERTIFICADO DE QUALIDADE OU AINDA RELATÓRIO DE ENSAIO DA PRÓPRIA EMPRESA, QUANDO ESTA POSSUIR O CERTIFICADO DA QUALIDADE DE CONFORMIDADE COM A SÉRIE ISO 9001, OU LAUDO DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE OU LIBERAÇÃO DE QUALIDADE POR EMPRESA RECONHECIDAMENTE IDÔNEA (PÚBLICA OU PRIVADA) JUNTAMENTE COM UM ATESTADO/DECLARAÇÃO DE CAPACITAÇÃO/CREDENCIAMENTO EMITIDO PELO PRÓPRIO FABRICANTE PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS SOLICITADOS PELA(S) NORMA(S) ABNT- NBR ESPECÍFICAS PARA O MATERIAL ADQUIRIDO PELA SAMA.



ANEXO II

DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO

(Apresentar no início da sessão ao Pregoeiro, com cédula de Identidade ou equivalente).

À

Saneamento Básico do Município de Mauá

Divisão de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL N.º.10/ 2016

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º....., com sede em....., na Rua/Av., n.º....., tendo como representante legal o (a) Sr.(a)(citar o cargo), CREDENCIA o (a) SR.(a)....., portador da carteira de identidade n.º....., devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º., para representá-la perante a SAMA Municipal de Mauá, na licitação Pregão Presencial n.º10/2016, outorgando-lhe expressos poderes para formulação de lances verbais, interposição de recursos contra as decisões do pregoeiro, desistência e renúncia ao direito de interpor recursos e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame em referência.

Mauá, _____ de _____ de 2016.

.....
Nome/assinatura
Cargo



**ANEXO III
PREGÃO PRESENCIAL N°.10/ 2016
(MODELO DE PROPOSTA PAPEL TIMBRADO)**

À
Saneamento Básico do Município de Mauá
Divisão de Compras e Licitações

ITEM	QUANT.	MATERIAL/ LOTE	MARCA	UNIT.	TOTAL
LOTE 1- ME E EPP					
01	18 MT	TUBO DEFOFO DN 100MM			
02	90 MT	TUBO PVC BRANCO PARA ESGOTO DN 75MM			
03	120 MT	TUBO PVC BRANCO PARA ESGOTO DN 100MM			
04	150 MT	TUBO DE PVC MARRON SOLDÁVEL DN 25MM			
05	60 MT	TUBO DE PVC EXTRUDADO DE COR OCRE, DN 100MM			
06	240 MT	TUBO DE PVC EXTRUDADO DE COR OCRE DN 150MM			
LOTE 2					
01	50 PÇ	ADAPTADOR DE POLIPROPILENO PARA JUNTA MECANICA			
02	4000 PÇ.	ADAPTADOR DE POLIPROPILENO PARA JUNTA MECANICA DN 20MM			
03	1200 PÇ	TÊ DE SERVIÇO INTEGRADO ARTICULADO DN 50 X 20MM			
04	200 PÇ.	TÊ DE SERVIÇO INTEGRADO ARTICULADO DN 75 X 20MM			
05	6000 PÇ	UNIÃO DE POLIPROPILENO DN 20MM			
06	4000 PÇ.	PORCA PARA TUBETE DN 20 MM			
07	1000 PÇ.	TUBETE CURTO COMPRIMENTO 52MM ROSCA DN ¾"			
LOTE 03					
01	16000 MT	TUBO DE POLIETILENO ALTA DENSIDADE PE 80 DN 20MM			
LOTE 04 ME E EPP					
01	20 PÇ.	REDUÇÃO DE PVC/PBA RIGIDO DN 100 X 50MM			
02	20 PÇ.	REDUÇÃO DE PVC/PBA RIGIDO DN 75 X 50MM			
03	200	CAP DE PVC BRANCO COM ROSCA INTERNA DN ¾"			
04	300 PÇ	LUVA DE PVC BRANCA ROSCÁVEL DM ¾"			
05	100 PÇ	NIPLE DUPLO DE PVC BRANCO INJETADO 12,70MM			
06	100 PÇ	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA DN 25MM X 20MM			
07	100 PÇ.	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL DN 25MM X 20 MM			
08	100 PÇ.	COTOVELO (JOELHO) DE REDUÇÃO 90°			



		SOLDÁVEL DN 25MM X 20MM			
09	100 PÇ.	COTOVELO (JOELHO) DE REDUÇÃO 90° SOLDÁVEL DN 20MM			
10	100 PÇ.	CURVA DE TRANSPOSIÇÃO SOLDÁVEL DN 20MM			
11	10 PÇ	ADAPTADOR DE PVC INJETADO DN 75MM COM PONTA E BOLSA			
12	100 PÇ	CAP DE PVC INJETADO MARRON COM BOLSA DE JUNTA ELÁSTICA DN 50MM			
13	50 PÇ	CAP DE PVC INJETADO MARRON COM BOLSA DE JUNTA ELÁSTICA DN 75MM			
14	300 PÇ	COLAR DE TOMADA DE PVC RÍGIDO DN 50MM X 20MM			
15	50 PÇ	LUVA DE CORRER DE PVC/PBA JE DN 100MM CLASSE 20			
16	500 PÇ	LUVA DE PVC MARROM, JUNTA SOLDÁVEL DN 20MM			

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:

PRAZO DE ENTREGA:

VALIDADE DA PROPOSTA:

DATA / NOME LEGÍVEL / ASSINATURA



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PARA HABILITAÇÃO
(a ser apresentada juntamente com o credenciamento, ao Pregoeiro).

À
Saneamento Básico do Município de Mauá- SAMA
Divisão de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL N°.10/2016

....., portador da carteira de identidade n°., devidamente inscrito
no CPF/MF sob on°., representante legal da empresa.....,
inscrita no CNPJ/MF sob o n°., com sedeem....., na Rua/Av., n°.,
DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre todas as exigências para habilitação, nos termos do
Edital do Pregão Presencial n°. 10/2016.

(local data)

.....
Nome/assinatura
Cargo



**ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE O ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL.**

À
Saneamento Básico do Município de Mauá- SAMA
Divisão de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL N.º.10/2016

....., portador da carteira de identidade n.º....., representante legal da empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º....., com sede em....., na Rua/Av., n.º....., DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre integralmente o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que veda a participação nesta Licitação de empresas que empreguem, para fins de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. A constatação, a qualquer tempo, do uso de mão de obra infantil pela licitante que vier a ser contratada ensejará a rescisão do contrato, sem qualquer ônus para a SAMA.

(local data)

.....

Nome/assinatura

Cargo



**ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÕES**

À
Saneamento Básico do Município de Mauá- SAMA
Divisão de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL N°.10/2016

(Razão Social da empresa), declara sob as penas da Lei que:

- a) Declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa..... não está cumprindo pena por inidoneidade.
- b) Aceita integralmente as condições do presente Edital bem como se responsabiliza pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais resultantes da execução contratual;
- c) Assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos dados e documentos apresentados.

(local data)

Nome/assinatura

Cargo



**ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

À
Saneamento Básico do Município de Mauá- SAMA
Divisão de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL N°.10/2016

“Declaramos, sob as penas da Lei, a inexistência de fatos impeditivos supervenientes à habilitação da empresa(.....), bem como estarmos cientes que devemos declará-los caso venha a ocorrer “.

(local data)

Nome/assinatura
Cargo



**ANEXO VIII
(M O D E L O)
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Declaro, sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Presencial nº.10/2016, realizado pela SAMA.

(local, data)

Nome/assinatura

Cargo

RG nº.



ANEXO IX

**MINUTA DE CONTRATO
ANEXO IX – MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO N.º ____/2016**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SAMA - SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE MAUÁ E _____, PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE TUBOS DE PEAD.

I - PREÂMBULO

1. **CONTRATANTES** - De um lado, a SAMA - SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE MAUÁ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.533.003/0001-90, com sede à Av. Washington Luís, 2.923 - Vila Magine - Mauá/SP, neste ato representada por seu Superintendente Sr. _____, portador da cédula de identidade RG n.º _____ SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, nos termos da Lei Municipal n.º 2.581, de 16 de Setembro de 1.994, Decreto n.º 5.481, de 28/12/1995, e Portaria n.º _____, de _____, doravante denominada simplesmente "CONTRATANTE", e de outro lado a empresa, _____ inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, estabelecida à _____, n.º ____- B ____- _____ - CEP _____, neste ato representada por seu procurador, Sr. _____, portador da cédula de identidade RG n.º _____, inscrita no CPF/MF sob o n.º _____, a seguir denominada simplesmente "CONTRATADA", ficando as partes subordinadas às disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, naquilo em que forem aplicáveis e condições constantes neste contrato.
2. **LOCAL E DATA** - O presente contrato foi lavrado e assinado na Divisão de Compras e Licitações da "CONTRATANTE", em Mauá, aos _____ dias do mês de _____ de 2016.
2. **FUNDAMENTO DO CONTRATO** - Este contrato decorre da autorização do Sr. Superintendente ao homologar o procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, a que se refere o Edital n.º ____/2016, e adjudicar seu objeto, conforme consta no processo de compras n.º 05/2016

II – DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. **OBJETO DO CONTRATO** – A "CONTRATADA" obriga-se a fornecer, de forma parcelada, para a "CONTRATANTE", TUBO DE PEAD, observadas a quantidade e especificação descrita:

ITEM 00-	LOTE ____	MATERIAL	QUANT. _____.
----------	-----------	----------	---------------

2. DA ENTREGA DO MATERIAL

- 2.1 A Contratada obriga-se ao fornecimento parcelado do material, nas quantidades especificadas no pedido emitido pela Divisão de Compras e Licitações, em até 30 (trinta) dias corridos de seu recebimento;
- 2.2 O produto deverá ser entregue na Divisão de Almoxarifado da SAMA, à Rua Teotônio Vilela n.º 01 - Vila Magine - Mauá/SP, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:30 horas.



- 2.3 A cada lote de material fornecido à SAMA, a Contratada deverá apresentar laudo de rastreabilidade ou certificado de qualidade ou ainda relatório de ensaio da própria empresa, quando esta possuir o certificado da qualidade de conformidade com a série ISO 9001, ou laudo de inspeção de qualidade ou liberação de qualidade por empresa reconhecidamente idônea (pública ou privada) juntamente com um atestado/declaração de capacitação/credenciamento emitido pelo próprio fabricante para execução dos ensaios solicitados pelas normas ABNT-NBR específicas para o material adquirido pela SAMA.
- 2.4 A SAMA exercerá a fiscalização do fornecimento do material através de seu Almojarifado-Diretoria de Administração e Finanças- DAF.
- 2.5 A SAMA reservar-se o direito de exigir a substituição do produto fornecido, em prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando for apresentado em desacordo com as especificações exigidas.

3. CONDIÇÕES GERAIS

- 3.1 O contrato não poderá ser transferido, no todo ou em parte, sem autorização prévia e expressa da SAMA, sob pena de ser o mesmo rescindido unilateralmente, por culpa da CONTRATADA.
- 3.2 O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas, pelas disposições do instrumento convocatório, pela proposta comercial aprovada da “Contratada”, e pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.
- 3.3 A “CONTRATADA” assume integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato, não se responsabilizando a “CONTRATANTE” pelo pagamento de impostos e encargos que competirem à mesma, nem se obriga a fazer-lhe restituições ou reembolsos de valores principais e/ou acessórios que esta despende com esses pagamentos.
- 3.4 Responsabilizar-se-á a contratada por todas as conseqüências civis, trabalhistas, penais ou quaisquer outras, decorrentes de possíveis pendências, irregularidade ou falhas, concernentes ao pessoal empregado para execução deste contrato, eximindo-se a SAMA de qualquer possível responsabilidade;

III – PREÇOS E PAGAMENTOS

1. PREÇOS – A “Contratante” pagará à “Contratada”, pelo fornecimento do material o respectivo preço unitário, por peça, constante de sua proposta comercial aprovada no valor de R\$ _____ (_____), perfazendo o total de R\$ _____ (_____);

- 1.1 No preço unitário resultante do critério exposto, acha-se computado e diluído todos os ônus decorrentes de despesas diretas e indiretas, mão de obra, transporte, encargos sociais e quaisquer outras necessárias e acessórias, mesmo que não tenham sido apontadas expressamente pela “Contratante” e desde que tenham relação com o objeto contratual.
2. **PAGAMENTOS** - Os pagamentos serão efetuados em carteira, 30 (trinta) dias corridos após o recebimento e aceite do material e da Nota Fiscal correspondente, pelo Almojarifado- DAF.



- 2.1. Para que seja efetuado o pagamento deverá ser emitido documento fiscal contendo:
 - a) número do processo;
 - b) número do contrato;
- 2.2. Caso o pagamento não seja efetuado pela SAMA no prazo estipulado, estará sujeito à compensação financeira, a ser procedida nos termos da lei civil.
- 2.3. O não cumprimento das especificações enunciadas nos respectivos Pedidos de Compras, implicará na recusa das Notas Fiscais pela SAMA.

3. SUSTAÇÃO DOS PAGAMENTOS – Nenhum pagamento será feito à “Contratada” caso haja penalização monetária, antes que ocorra a respectiva quitação ou que se releve a conduta sancionatória aplicada.

4. REAJUSTAMENTOS – Os preços permanecerão irreajustáveis, durante a execução do contrato, conforme legislação em vigor.

IV – VALOR E VERBA

1. **VALOR** – O valor global deste contrato é de R\$ _____ (_____).
2. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - As despesas com a execução deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária: 051003.1751205032.618 – 33903099, Código Orçamentário Interno n.º 0307.

V – PRAZOS

1. **PRAZO PARA INÍCIO** – a partir da emissão do primeiro pedido de fornecimento emitido pela Divisão de Compras e Licitações da SAMA;
2. **PRAZO PARA CONCLUSÃO**- O contrato terá vigência até 31/12/2016.
3. O prazo de vigência do contrato poderá ser reduzido em decorrência da assinatura do contrato de concessão Administrativa, resultante do processo de PPP (Parceira Público Privada).

VI – PENALIDADES

- 1.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a SAMA – Saneamento Básico do Município de Mauá, poderá aplicar à Contratada as seguintes penalidades:
- 1.2. Advertência;
- 1.3. Multas, assim estipuladas:
 - 1.3.1. Multa pela recusa da CONTRATADA em aceitar o pedido de compras sem a devida justificativa aceita pelo CONTRATANTE, no valor equivalente a 10% do valor do contrato;
 - 1.3.2. Multa pela inexecução parcial do contrato, no valor equivalente a 10% sobre a parcela inexecutada, podendo o CONTRATANTE autorizar a continuação do mesmo;
 - 1.3.3. Multa pela inexecução total do contrato no valor equivalente a 20% sobre o valor do contrato;
 - 1.3.4. Multa no valor equivalente a 10% do valor total do contrato se o serviço for de má qualidade ou em desacordo com as especificações propostas e aceitas pelo CONTRATANTE;
 - 1.3.5. Multa por atraso na entrega no valor equivalente a 0,5% do valor total da nota de empenho, para cada dia de atraso, não podendo ultrapassar a 20%;



1.3.6. Suspensão temporária de participar em licitação impedimento de contratar com a administração, conforme o disposto artigo 7º da Lei federal nº. 10.520/02, observados os procedimentos contidos no Decreto municipal nº. 6783/05;

1.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

1.3.8. As multas são independentes entre si. A aplicação de uma não exclui a das outras, bem como das demais penalidades previstas em lei;

1.3.9. O valor das multas aplicadas poderá ser deduzido do pagamento da nota fiscal ou de garantia prestada nos termos do Artigo 56, da Lei Federal nº. 8.666/93, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado;

1.3.10. Caso não haja nota fiscal pendente de pagamento ou prestação de garantia, a empresa será notificada a efetuar o pagamento administrativamente, ou, havendo resistência, a cobrança dar-se-á judicialmente;

VII – DA RESCISÃO

1. A SAMA - Saneamento Básico do Município de Mauá rescindirá unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, salvo motivo de força maior plenamente justificado, caso se verifique qualquer das hipóteses arroladas no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. **PARTES INTEGRANTES:** Ficam fazendo parte integrante do contrato, independentemente de transcrições, o Edital de Licitação n.º ____/2016 e a proposta comercial aprovada da “Contratada”;

2. ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES - A “Contratada” fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, obedecido o disposto no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

3. MANTENÇA DAS CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS – A “Contratada” obriga-se a manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias e de qualificação exigidas na respectiva licitação;

4. FORO- As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Mauá, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste contrato.

Por assim haverem ajustado, firmaram este compromisso, registrado e digitado na Divisão de Compras e Licitações, do qual foram extraídas 02 (duas) vias de idêntico teor, presentes as testemunhas abaixo assinadas.

SUPERINTENDENTE



TESTEMUNHAS:

CONTRATADA

